

## ALFABETIZAÇÃO HUMANIZADORA NO PIBID- UEL: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS PARA O ENSINO DOS ATOS DE LER E DE ESCREVER

Greice Ferreira da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

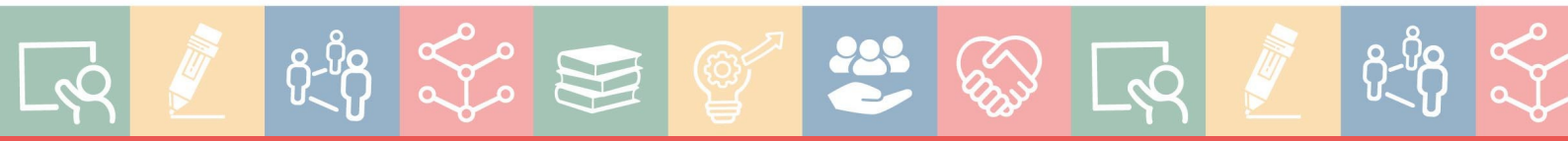
A alfabetização é um processo fundamental para a participação das pessoas na cultura escrita e proporciona-lhes o acesso não somente às informações que facilitam o seu dia a dia, mas também ao conjunto do conhecimento registrado ao longo da história, que pode ser usado por elas para melhorar suas vidas nos mais diferentes aspectos. No entanto, um dos grandes desafios enfrentados se encontra nos modos de ensinar os atos de ler e de escrever que se ancoram na compreensão desses processos e que se materializam de diferentes formas nas práticas propostas às crianças nas escolas. Este trabalho é um relato de experiência do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência de um núcleo do Subprojeto Alfabetização da Universidade Estadual de Londrina – UEL em 2025 - 2026. Este relato objetiva apresentar as especificidades desse processo de formação de futuras(os) professoras(es) alfabetizadoras(es) no PIBID-UEL. Os estudos se fundamentam em teóricos sobre a Alfabetização Humanizadora como Arena (2021), Hernandes (2021), Miller (2020). Trata-se de um processo formativo em andamento e durante as reuniões de estudo ocorridas mensalmente são abordados e discutidos os princípios da alfabetização na perspectiva humanizadora, suas implicações no processo de ensino dos atos de ler e de escrever, bem como práticas pedagógicas que são sustentadas por esses princípios. A partir das discussões teóricas e as atividades reflexivas propostas, as(os) pibidianas(os) também conhecem as práticas de professoras que estão em consonância com os estudos realizados. Como resultado, aponta-se que as experiências vividas nos encontros de formação e a apropriação dos princípios teóricos acerca da alfabetização são cruciais para o entendimento sobre o trabalho pedagógico alfabetizador e potencializam a atuação das(os) pibidianas(os) para o ensino dos atos de ler e de escrever na escola.

**Palavras-chave:** Alfabetização, PIBID, Formação de professores alfabetizadores, Atos de ler e de escrever.

### INTRODUÇÃO

A alfabetização continua sendo um dos maiores desafios da educação brasileira, especialmente quando se contrapõe ao ensino que busca a mecanização de técnicas para promover uma aprendizagem dialógica, dinâmica e contextualizada. Nesse cenário, torna-se urgente refletir sobre propostas pedagógicas que valorizem o sujeito em sua totalidade, considerando suas experiências, contextos e relações sociais. Diante disso, a alfabetização numa perspectiva humanizadora ganha relevância, ao defender práticas que respeitam o

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Educação do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, [greice@uel.br](mailto:greice@uel.br)



tempo das crianças, promovem o diálogo e reconhecem a linguagem como prática social, histórica e cultural. A alfabetização é um período fundamental no processo de desenvolvimento infantil, pois por meio dela a criança tem acesso a diferentes culturas, vivências e se coloca na interação permanente de troca com o outro.

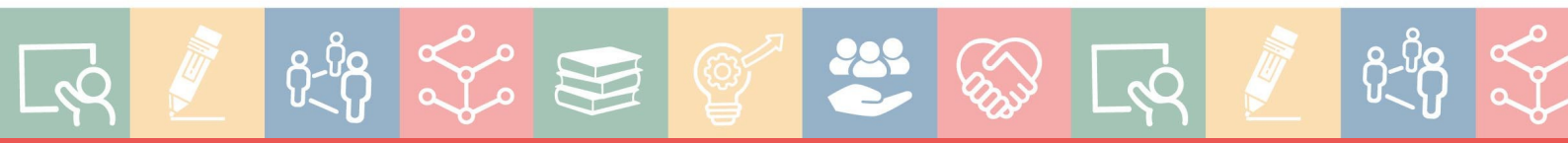
Nesse ínterim, o PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência se constitui como um locus de formação do professor que atuará nesse período da escolarização da criança criando as condições para que a mesma possa se apropriar da linguagem escrita e participar ativamente do meio em que vive e da sociedade que se organiza por meio da escrita. E muito frequentemente, o PIBID permite aos futuros professores (licenciandos) entrarem em contato com o cotidiano escolar antes mesmo do período de estágio curricular.

Este trabalho trata-se de um relato de experiência que objetiva apresentar as especificidades desse processo de formação de futuras(os) professoras(es) alfabetizadoras(es) no Subprojeto Alfabetização do PIBID-UEL. Os estudos se fundamentam em teóricos sobre a Alfabetização Humanizadora como Arena (2021), Hernandez (2021), Miller (2020) que entendem que “a linguagem escrita não se torna um meio de comunicação, mas um instrumento cultural mediador de trocas sociais, híbrido, composto por signos verbais e não verbais, que tem como fim a humanização e a formação da consciência” (Arena, 2025 p. 9).

Trata-se de um processo formativo em andamento e durante as reuniões de estudo ocorridas mensalmente são abordados e discutidos os princípios da alfabetização na perspectiva humanizadora, suas implicações no processo de ensino dos atos de ler e de escrever, bem como práticas pedagógicas que são sustentadas por esses princípios. A partir das discussões teóricas e as atividades reflexivas propostas, as(os) pibidianas(os) também conhecem as práticas de professoras que estão em consonância com os estudos realizados e articulando teoria e prática de forma reflexiva e dinâmica.

## **METODOLOGIA**

Este relato de experiência se refere à um conjunto específico de sujeitos, envolvendo 24 alunos do curso de Pedagogia da UEL – Universidade Estadual de Londrina, vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em articulação com três professoras preceptoras de escolas públicas municipais de Londrina - PR.



Por ser um processo em andamento, são realizados encontros formativos mensais com duração de cerca de 3 horas e o percurso metodológico inclui momentos de estudo, discussão e análise de materiais teóricos, reuniões de planejamento entre a coordenadora do núcleo e as professoras preceptoras chamadas de supervisoras, oficinas, planejamento e elaboração de regências, e reflexão sobre intervenções pedagógicas no contexto escolar.

Os estudos teóricos são fundamentais para alicerçar as experiências das(os) pibidianas(os) nas escolas. A cada encontro formativo são abordados os princípios e os conceitos basilares que sustentam a alfabetização numa perspectiva humanizadora como o conceito de humanização, leitura, ato de ler, linguagem escrita, ato de escrever, processos de apropriação da linguagem escrita, aprendizagem e desenvolvimento humano. O processo de estudo envolve a análise de boletins do Núcleo de Alfabetização Humanizadora (NAHum), bem como de textos de estudiosos da área que se coadunam com essa perspectiva de alfabetização.

Há ainda o contato com outras professoras que desenvolvem seu trabalho alfabetizador apoiadas nessa perspectiva por meio de rodas dialogadas, apresentação de suas práticas pedagógicas e oficinas. A articulação entre teoria e prática gradativamente é assegurada pelo planejamento de projetos de regência pelos alunos, os quais são desenvolvidos - na escola, com as crianças- a partir do referencial teórico aprendido. Complementarmente, os discentes mantêm uma frequência assídua na escola com visitas semanais sob a supervisão direta das professoras preceptoras. Ao final de cada encontro também são discutidas e alinhadas as ações das(os) pibidianas(os) na escola.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O processo formativo das(os) estudantes no PIBID Subprojeto Alfabetização se fundamenta em teóricos sobre a Alfabetização Humanizadora como Arena (2021), Hernandes (2021), Miller (2020) e são abordados e discutidos os seus princípios e implicações no processo de ensino dos atos de ler e de escrever,

O ensino da linguagem escrita requer intencionalidade no planejado pelo professor e exige uma dedicação específica de quem aprende. Dessa forma, Vygotski (1995) afirma que a linguagem escrita precisa ser apresentada desde o início à criança como um instrumento que tem como função social comunicar informações, ideias, sentimentos, de tal



maneira que crie na criança a necessidade de se apropriar dela. Ressalta que a escrita deve ter sentido para a criança, deve ser provocada e, por essa razão, se torne uma tarefa vital que é imprescindível. “Unicamente então estaremos seguros de que a escrita se desenvolverá na criança não como um hábito de mãos e dedos, mas como um tipo realmente novo e complexo de linguagem” (Vygotski, 1995, p. 201).

A alfabetização sustentada pelas ciências humanas compreende a criança como um ser histórico, cultural, social, político e elege metodologias para alfabetizar atinentes também a essa lógica. A linguagem escrita é apresentada e ensinada para a criança como um processo vivo, dialógico, interacional, que coloca a criança no fluxo das interações verbais, a qual aprende a usar a língua em situações reais de uso. Uma alfabetização que mantém uma estreita e intensa relação com a vida, em que a vida entra e faz parte da escola e dos processos de ensinar e de aprender. Não há fronteiras ou limites preestabelecidos para as relações, que são cada vez mais alargadas. A escrita, muito mais que um instrumento de comunicação, é ensinada como um instrumento do pensamento (Arena, 2010).

Diante do exposto, a pesquisa se apoiará nos princípios de uma alfabetização humanizadora, que pode ser assim explicitada:

Os enunciados da linguagem escrita – objetos de aprendizagem – são meios fundamentais no processo de humanização. A apropriação dos enunciados ideológicos não é, entretanto, o fim, porque o porto orientador de chegada é o da formação humana. Não há enunciado sem um gênero que o acolha e não há um enunciado sem a substância da cultura e o tempero dos julgamentos, da valorização, da apreciação humana. Em seu processo de alfabetização, as crianças não se apropriam, por essa razão, dos enunciados escritos compostos por signos esterilizados, mas por signos que expressam a cultura histórica e social de uma nação, temperados com as particularidades que caracterizam as classes sociais e os posicionamentos políticos e morais em situações reais de vida. É esse enunciado o objeto de aprendizagem que assume seu papel na humanização porque é gerado na relação entre os ho-mens e que se mantém vivo na escola em virtude da troca entre professores e crianças, considerados seres em desenvolvimento (Arena, 2021, p. 1).

Nessa perspectiva, a linguagem escrita é o objeto de aprendizagem no processo de alfabetização misturado com os nossos atos, porque é ela que “[...] realmente liga o homem em suas trocas” (Arena, 2021, p. 2). Por essa razão, a aprendizagem da linguagem escrita deveria ser considerada como “[...] a conquista de uma nova linguagem e não como o domínio de um código de transposição recíproca entre letras e fonemas” (Bajard, 2012, p. 11).

Estes preceitos humanizadores se coadunam com as ideias de Freinet (1969, p. 53), quando ele enfatiza que a escrita “[...] só tem sentido se nos sentimos obrigados a recorrer a



ela, a fim de comunicarmos o nosso pensamento fora do alcance da voz, para além das portas da escola”. Essa proposição freinetiana remete à ideia da necessidade da escrita na vida das pessoas as quais vivem numa sociedade que lê e escreve. Como um instrumento cultural complexo, a escrita se mantém e se reorganiza constantemente pela necessidade de expressão do sujeito. Vygotski (1995) se aproxima da afirmação de Freinet, ao reiterar que o ensino da linguagem escrita deve organizar-se de forma que o ato de ler e o ato de escrever sejam necessários, provocados por uma necessidade social, como atos vitais e imprescindíveis.

Intentar inserir a criança na cultura escrita apenas oferecendo materiais e situações em que se depara com uma língua morta, estanque, pronta e acabada, é incorrer num risco de ensinar “hábitos motores” (Vygotski, 1995) e reduzir o seu ensino à mera codificação, ação insuficiente para que se aproprie e se participe ativamente dessa cultura. O que orienta a apropriação da escrita são as relações dialógicas que a criança estabelece com ela, por intermédio das mediações e situações promotoras de aprendizagem.

O trabalho pedagógico com os diferentes gêneros discursivos podem ser uma importante ferramenta do professor para introduzir a criança à cultura escrita, para orientar o trabalho pedagógico no ensino dos atos de ler e de escrever, pois ensinar a linguagem escrita é ensinar a dominar a diversidade dos gêneros discursivos de forma que ao reconhecerem seu conteúdo temático, seu estilo e sua construção composicional (Bakhtin, 2003), as crianças possam dar-lhes sentidos, em outras palavras, possam ler e escrever. Assim,

[...] ao fazer uso de um modo múltiplo e ao mesmo tempo profundo dos enunciados escritos – ao ler e ao escrever – veiculados em gêneros do discurso, em processos claramente dialógicos, nas diferentes esferas da vida, o homem também aprofunda o desenvolvimento intelectual de si mesmo, de um modo de pensar gráfico, isto é, de uma consciência gráfica; aprofunda o desenvolvimento de sua condição humana e, por essa mesma razão, colabora para a evolução da própria espécie, de um ponto de vista filogenético. (Arena, 2017, p. 18).

A apropriação da linguagem escrita plena de sentidos promove o processo de humanização dos sujeitos. Nessa perspectiva, o ensino dos atos de ler e de escrever ocorrem por meio de enunciados porque:

É pelos enunciados, concretizados nos diferentes gêneros discursivos, que interagimos com outros sujeitos, trocando ideias, informações, sentimentos, percepções, enfim, estabelecendo relações vitais próprias da dinâmica das ações sociais que permeiam nossa existência. Então, saber ler e escrever os diferentes gêneros discursivos é saber dominar as formas ideias/finais (terminais) da linguagem que nos torna sujeitos capazes de ler e



compreender o mundo em que vivemos e de agirmos dentro dele, ou seja, é nos humanizarmos. (Miller, 2020, p. 2).

Enfatiza-se que desde a infância deve haver o contato com esses diferentes gêneros discursivos, pois o envolvimento das crianças com práticas culturais e materiais escritos variados contribui para sua inserção no universo da linguagem escrita. Quanto mais ampla for essa interação com diferentes gêneros discursivos adequados aos seus interesses e necessidades, maiores serão as possibilidades de que dominem a língua materna como instrumento de compreensão da realidade e de atuação consciente em seu contexto social (Miller, 2020).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora seja um relato de experiência de um processo ainda em andamento, aponta-se que as experiências vividas nos encontros de formação e a apropriação dos princípios teóricos acerca da alfabetização são cruciais para o entendimento sobre o trabalho pedagógico alfabetizador e potencializam a atuação das(os) pibidianas(os) para o ensino dos atos de ler e de escrever na escola. O estudo intencional e planejado promove a apropriação de conceitos e princípios que orientam práticas alfabetizadoras que impulsionam as aprendizagens da criança na escola de modo que ela se insira na cultura escrita e se aproprie dela.

No início do processo formativo percebeu-se que os estudantes não conheciam a perspectiva da Alfabetização Humanizadora e, as perspectivas teóricas e práticas, bem como as metodologias que conheciam, se assentavam sobre a priorização de aspectos concernentes à estreita relação grafofônica. Assim, “a linguagem escrita tem deixado de ser ensinada porque a mecânica de transformar letras em sons tem ocupado o seu lugar”(Hernandes, 2021, p. 1). Em decorrência disso, defronta-se com a tradição pedagógica, ao enfatizar letras, sílabas e palavras soltas e as convenções ortográficas. Quando isso ocorre, reduz-se “a alfabetização a uma mera aprendizagem de um sistema de escrita de base alfabética, que ao invés de contribuir para a humanização dos indivíduos, dificulta o percurso até ela” (Hernandes, 2021, p. 1).

No esteio destas ideias, as discussões nas reuniões versaram sobre o entendimento de que:

[...] é a mente humana que, na troca com o outro, se apropria de um artefato histórico e cultural – a linguagem escrita – constituída por unidades de sentido que se vinculam à linguagem oral não pelos elementos técnicos (sons e letras), mas pelos sentidos compartilhados entre ambas. Os sentidos são



registrados ora por sons, ora por caracteres. São duas aprendizagens com suas próprias especificidades (Arena, 2021, p.2).

As(os) pibidianas(os) passaram a conhecer e a problematizar o processo de apropriação da leitura e da escrita pelas crianças e como o professor pode criar as condições adequadas para que as crianças se alfabetizem atribuindo significados e sentidos desde o início.

Gradativamente, os estudos e discussões possibilitaram alargar as reflexões sobre o complexo processo que envolve a alfabetização, descartando a ideia de leitura e escrita como decodificação e codificação de sinais gráficos, mas sim, privilegiando o trabalho com o enunciado como unidade de sentido (Miller, 2020). Nessa perspectiva, foi possível compreender que “é esse enunciado o objeto de aprendizagem que assume seu papel na humanização porque é gerado na relação entre os homens e que se mantém vivo na escola em virtude da troca entre professores e crianças, considerados seres em desenvolvimento (Arena, 2021, p. 1).

Sobre isso, Miller (2020, p. 1) esclarece que:

[...] a linguagem escrita é um instrumento cultural complexo, que cumpre uma função social como meio de interação entre os sujeitos sociais e de estabelecimento de relações de poder entre eles, e que, por essa razão, supõe o domínio de um conteúdo que não pode ser reduzido ao conhecimento do sistema normativo de representação da língua, nem mesmo nos momentos iniciais do processo de aprendizagem da escrita, pois, com isso, elas teriam uma visão míope do modo como funciona o mundo da escrita e de quais as implicações disso para sua própria vida (Miller, 2020, p.1).

Diante disso, as(os) pibidianas(os) estudaram as especificidades que compreendem a linguagem escrita, seu ensino por meio de uma consciência gráfica que “é um modo de pensar que percebe as funções dos caracteres, tão diversos quanto sejam as exigências das trocas, na criação e recriação de sentidos” (Arena, 2021, p.2). As visitas de professoras que trabalham nessa perspectiva, promoveram encontros em que apresentaram e conversaram sobre suas práticas alfabetizadoras gerando reflexões nas(os) participantes, inquietações e criaram necessidade de aprofundamento nos estudos.

Outro fundamental desafio são os planejamentos de aulas em que as(os) estudantes têm a oportunidade de aliar os conhecimentos, princípios e conceitos estudados com a sua própria docência por meio das regências. As regências trazem sempre o exercício reflexivo de perceber as demandas, as nuances, os contextos, e como o domínio teórico e prático que esse processo exige, vai constituindo a(o) futura(o) professor.



Os resultados indicam uma contribuição gradual e consistente do PIBID na formação acadêmica dos licenciandos. A entrada no contexto real da escola permite aos futuros professores refletir sobre a prática pedagógica alfabetizadora, construir sua identidade docente e aprofundar a compreensão sobre o ensino e a aprendizagem. O PIBID é um programa crucial por promover a articulação teoria-prática, oferecendo um ambiente repleto de possibilidades para a aprendizagem da docência e incide positivamente nas aprendizagens das crianças. Desse modo, as políticas públicas têm um papel fundamental em garantir que os contextos reais se tornem verdadeiros espaços de formação para a docência.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) configura-se como um ambiente formativo que articula o rigor da universidade (com seus fundamentos teóricos e a reflexão crítica) e a realidade da escola-campo. Neste contexto, o PIBID atua como um laboratório vivo pleno de experiências pedagógicas, permitindo que os discentes confrontem os pressupostos teóricos, como os da Alfabetização Humanizadora, com as demandas e os desafios do cotidiano escolar.

O PIBID apresenta um espaço rico e preñado em possibilidades para a aprendizagem da docência e formação na e para a pesquisa, para o que concorrem vários intervenientes: os licenciandos podem, por meio da investigação, adentrar os diversos espaços da escola de Educação Básica, ocupar as bibliotecas, ter contato com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); podem vivenciar as relações multifacetadas, heterogêneas, afetivas, complexas de sala de aula e contorno sociocultural da comunidade educativa e, por fim, podem realizar projetos de ensino e de intervenção com possibilidades de se transformarem em projetos de pesquisa (Paniago; Sarmiento, 2017, p. 784).

Por fim, diante do envolvimento das(os) estudantes, à sua atuação na escola, ao processo formativo que participam, entende-se que o PIBID é uma política pública essencial que deve ser mantida e incentivada, devido à sua capacidade de elevar a qualidade da formação inicial de professores através da articulação entre universidade e escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que o aperfeiçoamento da prática e a formação diferenciada dos discentes ocorrem porque a participação no PIBID oferece aos acadêmicos um processo formativo que enfatiza aspectos específicos da alfabetização dando a oportunidade de



aprofundar o que é vivido no curso regular de formação inicial, ao inseri-los desde o início no cotidiano escolar.

O programa promove a integração efetiva do acadêmico no espaço escolar, permitindo-lhe confrontar e consolidar os conhecimentos teóricos da universidade com as experiências reais de sala de aula. Por essa razão, a vivência antecipada permite aos alunos aprenderem a docência, construindo uma práxis docente ainda mais fundamentada e diversificada. Os bolsistas gradativamente passam a demonstrar mais iniciativa e segurança sobre os aspectos que envolvem o ensino dos atos de ler e de escrever ao entrar na carreira, porque o contato constante com supervisores e coordenadores da IES oferece um acompanhamento reflexivo contínuo.

Conclui-se ainda que programas como o PIBID são políticas públicas essenciais que qualificam ainda mais a formação inicial em Pedagogia, ao oferecerem experiências teóricas e práticas que fortalecem os alunos para enfrentarem os desafios do magistério com criticidade e compromisso com a educação pública de qualidade. O PIBID funciona como um "laboratório" de formação que influencia de forma positiva o desenvolvimento profissional dos futuros professores que também se humanizam nesse processo.

## REFERÊNCIAS

ARENA, A.P.B; ARENA, D. B. **Alfabetização humanizadora: princípios e funções de caracteres.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 9.

ARENA, D. B. O ensino da ação de ler e suas contradições. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 237-247, jan/jun. 2010.

ARENA, D. B. Considerações em torno do objeto a ser ensinado: língua, linguagem escrita e atos culturais de ler e de escrever. *In*: MORAES, D. R. S.; GUIZZO, A. R. (Org.). **Coletânea de artigos: Humanidades nas Fronteiras: imaginários e culturas latino-americanas**, 09 a 11 de outubro de 2017. Foz do Iguaçu (PR): UNILA/UNIOESTE, 2017. p. 13-28.

ARENA, D. B. Por uma alfabetização Humanizadora. **NAHum** - Núcleo de Alfabetização Humanizadora, n. 2, p. 1, jan./fev. 2021. Disponível em: <https://nahum-lescrever.com.br/boletim-02-janeiro-fevereiro-de-2021/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

BAJARD, E. **A descoberta da língua escrita.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.



FREINET, C. **A educação pelo trabalho**, v. 1. Lisboa: Presença, 1969.

HERNANDES, E. D. K. **Por que adjetivar a alfabetização?**. NAHum - Núcleo de Alfabetização Humanizadora, n. 3, p. 1-6, mar./abr. 2021. Disponível em: [https://nahum-lescrever.com.br/wp-content/uploads/2021/03/PERIODICO\\_MAR\\_ABR\\_21-2-3.pdf](https://nahum-lescrever.com.br/wp-content/uploads/2021/03/PERIODICO_MAR_ABR_21-2-3.pdf). Acesso em: 13 fev. 2026.

MILLER, S. Alfabetização humanizadora, vez e voz às crianças. **Núcleo de Alfabetização Humanizadora**. Boletim n. 1, nov./dez. 2020. Disponível em: <https://nahum-lescrever.com.br/boletim-01-novembro-dezembro-de-2020/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

PANIAGO, R. N.; SARMENTO, T. **A formação na e para a pesquisa no Pibid. possibilidades e fragilidades**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 771-792, abr./jun. 2017.

SILVA, G. F. da. **O leitor e o re-criador de gêneros discursivos na educação infantil**. 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**, v. 3. Madrid: Visor, 1995.

